



Indicações geográficas enquanto ferramenta de gestão territorial e sustentabilidade no Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá

Geographical indications as a tool for territorial management and sustainability in the Identity Territory of the Jiquiriçá Valley

Giovanna Martins Sampaio, Jadson Luiz Simões Rocha, João Antonio Belmino dos Santos

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar os potenciais de indicação geográfica da região da bacia do rio no vale do Jiquiriçá enquanto ferramenta de gestão territorial e sustentável e do turismo de base ecológica. A metodologia de pesquisa utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica e documental, de caráter e descritivo, e abordagem eminentemente qualitativa, com o uso de dados secundários. Os resultados obtidos apontam para a relevância de políticas públicas analíticas em torno das Indicações geográficas em prol do desenvolvimento regional e da valorização do território.

PALAVRAS-CHAVE: Recursos Territoriais; Indicações Geográficas; Desenvolvimento Sustentável; Geoparques.

ABSTRACT: The general objective of this work is to evaluate the potential geographical indication of the region of the river basin in the Jiquiriçá valley as a tool for territorial and sustainable management and ecological-based tourism. The methodology used refers to bibliographic and documentary research, of a descriptive character, and an eminently qualitative approach, with the use of secondary data. The results obtained point to the relevance of analytical public policies around Geographical Indications in favor of regional development and the valorization of the territory.

KEYWORDS: Territorial Resources; Geographical Indications; Sustainable Development; Geoparks.

Introdução

O tema da presente pesquisa consiste na análise dos Impactos das políticas públicas no âmbito das indicações geográficas enquanto instrumentos de gestão e desenvolvimento territorial pautados na sustentabilidade, considerando-se o enfoque das redes de conexão, cooperativas/organizações e associações locais e regionais, residindo nesta definição preliminar a relevância e justificativa deste trabalho.

O presente trabalho delimita-se, portanto, a estudar o planejamento e gestão no recorte das políticas públicas, a partir da proposta prioritária de avaliação do panorama/cenário do desenvolvimento territorial sustentável através do “emprego” e da utilização das indicações geográficas enquanto instrumentos, bem como “tecnologias”, evocando a necessidade de ensino e aprendizagem e inclusive educação ambiental e sustentável, acerca do tema.

Ademais, a investigação contempla a análise das redes de conexão entre os diferentes agentes governamentais e arranjos institucionais no que tange à sustentabilidade do território. Assim, colocamos enquanto objetivo geral, correlato à pergunta deste trabalho: avaliar os potenciais de indicação geográfica da região da bacia hidrográfica do rio Jiquiriçá enquanto ferramenta de gestão territorial e sustentável e do turismo de base ecológica.

Assim, este artigo aspira compreender de que forma os potenciais de indicação geográfica da região da bacia do rio Jiquiriçá no vale corroboram com a gestão territorial e sustentável e o turismo de base ecológica?

O recorte espacial desta pesquisa refere-se ao Vale do rio Jiquiriçá, mais especificamente à bacia hidrográfica (BH), a partir do potencial de indicação geográfica das flores de Maracás, fortalecida por outros produtos da região como o café e a cachaça, visando a obtenção desse “Selo de certificação”, e facilitando ultimamente o turismo Regional e o desenvolvimento territorial e sustentável. Assim sendo, a “escala” de território enquanto categoria e Dimensão geográfica é bem utilizada no âmbito do trabalho.

A centralidade do trabalho em torno da categoria das Indicações Geográficas (IGs) traz em si, em seu seio, a articulação entre agentes e atores sociais aos recursos geográficos, pois as indicações geográficas requerem necessariamente que associações coletivas ou cooperativas representem os produtores no pedido de “Reconhecimento” de determinada IG.

Nesse sentido, a Lei n.º 9.279/1996, da Propriedade Industrial, que regula as IGs, traz em seu TÍTULO IV:

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto, ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Parágrafo único. O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas.

O método, a técnica, e a metodologia primordiais deste trabalho referem-se à pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo, com abordagem eminentemente qualitativa. Nessa senda, delimita-se aqui especificamente os dois principais eixos Processuais realizados nesta pesquisa: investigação a partir das teses e dissertações de repositórios institucionais; e a Breve caracterização da área, com a classificação das IGs, histórico e detalhamento dos produtos e respectivos potenciais, finalizando com breves propostas de ação e seus impactos.

Material e Métodos

Acerca dos recursos territoriais

São trazidos neste tópico os dizeres de geógrafos, antropólogos e sociólogos expoentes, que nos ajudam a entender a ideia de recursos territoriais, nos possibilitando visualizar o entendimento dos produtos potenciais de IGs enquanto verdadeiros recursos que agregam valor ao território e que podem ser utilizados de maneira sustentável visando ao desenvolvimento local e regional, e impulsionando o turismo de base agroecológica nesses níveis.

Pode-se adicionar algumas discussões acerca do território. Na atualidade, a categoria território ganhou relevância em diversas áreas do conhecimento, como a geografia, economia, antropologia e biologia (BOFF; MENEGAZZO, 2018), cada

uma com a sua concepção respectiva, entretanto atribuindo inexoravelmente a essa categoria o controle político de uma determinada área. Para Santos (2005):

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e sistemas superpostos de coisas. O território deve ser entendido como o território utilizado, e não o território em si. O território utilizado é o chão e a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, do lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Pode-se identificar que o conceito de território engloba três aspectos fundamentais, o político, o cultural e o econômico, conforme Haesbaert (2007), além da categoria natural, considerando-se a perspectiva social enquanto inerente à atribuição de sentido a determinado espaço territorial.

A dimensão política trata justamente das relações espaciais de poder nas quais o território é considerado uma área ou região de controle exercido por determinado grupo. Já a variável cultural refere-se à dimensão simbólica e subjetiva de como o território é percebido e apropriado pela sua comunidade. E por fim, o aspecto econômico configura o território enquanto fonte de obtenção dos recursos.

Nos últimos anos, de acordo com Santos (2005), “o desenvolvimento territorial voltou a figurar entre as grandes temáticas de interesse no seio da ciência geográfica, após duas décadas de ostracismo intelectual em relação à dimensão que ele representa”.

Segundo Caldas, Cerqueira e Perin (2005), esta escala tornou-se prioritária principalmente no campo político-institucional, onde a espacialização e a geograficidade que envolve seus potenciais e limites fizeram com que ela ganhasse destaque no planejamento governamental ao serem desenvolvidas à luz de perspectivas que respaldam o crescimento econômico conjuntamente com a conservação ambiental e o desenvolvimento social.

As comunidades locais e os setores, privado e público, contribuem para a reprodução dos recursos locais, criando oportunidades para outras atividades econômicas e sociais, pautando-se na sustentabilidade, requerendo extensa colaboração entre os atores/agentes sociais enquanto *stakeholders* do processo de tomada de decisão relativamente ao uso dos recursos ambientais na satisfação dos anseios e projetos do ser humano (CALDAS; CERQUEIRA; PERIN, 2005).

Os recursos territoriais são compreendidos enquanto fatores a revelar, a explorar e a organizar uma respectiva espacialidade, ou seja, seu valor é dado em função das condições do seu uso, que nascem de processos interativos sendo engendrados em sua configuração (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Esses recursos são específicos, de forma mais minuciosa, apresentando quatro características essenciais:

- 1) [...] só aparecem no momento das combinações das estratégias de atores para resolver um problema inédito.
- 2) [...] esses recursos não são comensuráveis, o que significa que não se pode expressá-los em preços e que eles são então verdadeiramente intransferíveis.
- 3) [...] a natureza fora do mercado desses recursos não é incomparável, mas complementar ao mercado. Esses recursos resultam de uma história longa, de uma acumulação de memória, de uma aprendizagem coletiva cognitiva.
- 4) [...] são indefectivelmente ancorados num território. A emergência de tais recursos resulta em efeito de regras, de costumes, de uma cultura elaborada num espaço de proximidade geográfica e cultural a partir de uma forma de troca distinta da troca mercantil: a reciprocidade (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 46).

O desenvolvimento territorial tem como principal característica o estabelecimento de uma cadeia produtiva fixada num espaço geográfico, definido como: *“todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”* (PECQUEUR, 2000).

Portanto, o desenvolvimento territorial considera o conceito de território enquanto um sistema em/de rede(s) sob o qual existem vários agentes atuando em cooperação, sendo conjuntamente responsáveis pelo processo de gestão e resolução dos diversos problemas no âmbito daquele território, visualizando assim a multifuncionalidade do território, ou seja, a “consideração” de seus aspectos e variáveis ambiental, econômico, social e político.

Seguindo a ideia já exposta acerca do território, os recursos, naturais que são, apenas atingem seu caráter territorial na integralidade quando decorre a atuação humana nestes para moldá-los e transformá-los de acordo com determinadas necessidades; ou seja, quando os seres humanos lhes atribuem determinadas características e propriedades, no âmbito de determinada comunidade. Pecqueur (2000) define os recursos territoriais enquanto *“característica construída de um território específico numa perspectiva de desenvolvimento”*.

Ainda, os recursos territoriais podem ser classificados em dimensões cíclicas e segundo uma abordagem sistêmica e holística, pois são atributos de localização relacionados à história e contexto de determinado local, sendo também caracteres de construtividade do espaço, e se relacionam com as redes de cooperação estabelecidas entre os atores de forma conflituosa e/ou coordenada, sinérgica.

De acordo com Janin e Perron (2020), um recurso é *“qualquer objeto material ou imaterial cujo valor é reconhecido localmente, portanto, pode ser objeto de uma valorização individual ou coletiva.”*

Esses recursos podem ser do tipo genéricos (ou comuns, ordinários) ou específicos, resultantes de um processo de reconhecimento sobre o modo de produção associado a um determinado território. Em linhas gerais, um recurso só passa a ser reconhecido como tal quando lhe é atribuído um valor pelos agentes daquele meio territorial. E tal valorização, mercantil ou não (patrimonial, cultural, ambiental), deve derivar de um projeto construído coletivamente, ou seja, apenas a partir da acepção ou compreensão da transindividualidade, difusividade e coletiva do meio ambiente é possível o desenvolvimento, requerendo de forma imprescindível um olhar atento e sustentável para assegurar a proteção de direitos e o progresso social.

Assim, como os recursos territoriais são resultados de processos de evolução e construção coletiva, a sua natureza é sistêmica, ou seja, a sua valorização depende de uma correlação, de uma associação com os demais recursos existentes, conformando elos de uma cadeia que são baseados e estruturados na complementaridade e sinergia, atuando como fator imprescindível e distintivo.

Tem-se justamente a definição de território valorizado. Para que um território se destaque, é preciso que esse espaço se desenvolva a partir de suas vocações e recursos (existentes e potenciais), que “*funcionarão como alavanca de desenvolvimento econômico e “assinatura” e afirmação da sua singularidade*” (JANIN; PERRON, 2020).

Enquanto alguns territórios buscam a valorização através de produtos econômicos (agrícolas, artesanais, industriais), outros optam pela valorização cultural, patrimonial, turística e/ou natural (biodiversidade).

Entende-se que esses recursos específicos são a base da abordagem de valorização territorial através da qual os atores envolvidos identificam, reconhecem e se apropriam do valor coletivo desses recursos territoriais, promovendo ações de valorização de sustentabilidade em diversas vertentes (política, econômica, cultural, turística, ambiental, etc.).

Procedimentos metodológicos

O planejamento metodológico deste trabalho consistiu primordialmente na revisão bibliográfica e de documentos. A abordagem do trabalho é eminentemente teórica e qualitativa, com o uso de dados secundários.

Segundo o objetivo da pesquisa, a sua metodologia foi do tipo descritiva. A pesquisa descritiva visa descrever as características dos fatos e dos fenômenos, e o estabelecimento das relações entre as variáveis consideradas. Assim sendo, o estudo é descritivo porque utiliza uma abordagem qualitativa, atribuindo novos sentidos e interpretações aos dados encontrados, e investigando a realidade estudada por meio de variadas fontes de consulta (GIL, 2011).

Gil (2011) ainda enfoca e assinala que na pesquisa qualitativa e descritiva, a análise da natureza dos dados coletados, bem como sua extensão, dá-se por meio de instrumentos de pesquisa e por meio de pressupostos teóricos que norteiam a investigação doutrinária sobre determinado tema. Já Flick (2009)

acrescenta que o panorama da pesquisa qualitativa é recente e ocorreu concomitantemente em diversas áreas, tendo cada uma delas se caracterizado por um embasamento teórico e conceitos de realidade específicos e por seus próprios programas metodológicos.

Quanto aos procedimentos inerentes à pesquisa, o exercício bibliométrico compreende algumas fases distintas: escolha do tema; definição dos objetivos; elaboração do plano de trabalho; determinação do recorte de pesquisa e categorias de estudo; construção do marco ou referencial teórico inicial; síntese ou compilação; fichamento; coleta dos dados mediante instrumentos e ferramentas; análise e interpretação dos resultados; redação do trabalho final.

Preliminarmente, a bibliografia como técnica tem por objetivo a descrição e a classificação das informações, dados, fontes e documentos em geral, e especificamente conceitos, ideias, teorias, fatos, reflexões pessoais e informes históricos, segundo alguns critérios específicos.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica, majoritariamente de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia existente sobre determinado assunto, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais como filmes e televisão, não consistindo em mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo tema, posto que propicia o exame de determinada problemática sob uma nova visão ou abordagem, chegando a conclusões consideradas inovadoras.

Nesse sentido, portanto, a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir dos registros acessíveis e disponíveis, decorrente de pesquisas anteriormente realizadas, utilizando-se das diferentes categorias teóricas e elementos conceituais já trabalhados por outros pesquisadores, bem como a partir das contribuições e estudos analíticos desses outros autores.

A diferença entre a pesquisa bibliográfica e a documental é que a primeira é baseada em trabalhos publicados que já receberam tratamento analítico, enquanto na documental o material, a matéria-prima e, diga-se informacional, ainda não recebeu tratamento analítico, podendo ser reelaborado conforme o objeto da pesquisa (GIL, 2011).

Nota-se aqui ainda que a pesquisa documental pode ser entendida e apreendida num sentido mais abrangente, sendo toda forma de registro e sistematização de dados e informações para a análise posterior por parte do agente receptor de todos os diferentes tipos de comunicação, visando atingir finalmente inferências mais profundas acerca de determinada mensagem para além da identificação de fatores simplesmente descritivos.

Desse modo, a pesquisa do tipo documental pode ser tomada em três diferentes sentidos fundamentais: como técnica de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para a coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; e no contexto da realização de uma pesquisa, é a técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro

das informações retiradas nessas fontes que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho.

As bases de dados da pesquisa bibliográfica utilizada foram as informações relevantes contidas na internet, livros, artigos e materiais dos repositórios das instituições de ensino superior, Google Acadêmico e portal Capes. Na pesquisa documental, utilizou-se o sítio do INPI, da WIPO/OMPI (Organização mundial da propriedade intelectual), e a legislação pertinente ao assunto.

Caracterização da área de estudo

A região escolhida para o presente trabalho, o Vale do rio Jiquiriçá, caracteriza-se como uma região rural, com potenciais naturais possíveis de serem aproveitados segundo uma aptidão pedológica favorável ao cultivo de determinados bens e recursos, sendo que seu perfil está relacionado à realidade do campo e à atividade eminentemente campesina, voltada para a pequena produção inclusive de subsistência, como a banana e a mandioca.

Adicionalmente, tem-se enquanto caracterização e perfil territoriais desta região dados qualitativos direcionados a: atividades no campo, agricultura, pecuária, produção de mel e mais recentemente o fortalecimento da mineração (produção de minério, ex. Vanádio, por corporações inclusive internacionais, ex. *Largo Resources*).

Nesse sentido, para fortalecimento dessas cadeias produtivas das mais diferentes culturas e possibilidades de extrativismo e extração na localidade, é necessária a intervenção governamental via políticas públicas com a participação e visualizando os interesses das comunidades locais rurais e assentamentos, por exemplo.

Dessa maneira, é preciso discutir e considerar as dificuldades de acesso a crédito, bem como a falta organização dos trabalhadores da comunidade local para obtenção de investimentos mais extensivos e expressivos, impactando também no surgimento de novas oportunidades socioeconômicas, e de trabalho e produção, bem como na fortificação da identidade territorial e senso de pertencimento ao território do Vale, repercutindo diretamente na in/exploração dos potenciais de indicações geográficas.

Portanto, existem desafios primários relativamente às questões políticas e públicas mais abrangentes na região que devem ser resolvidas prioritariamente para o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, visando as indicações geográficas, bem como a sustentabilidade.

Nesse contexto, a região do Vale do Jiquiriçá conta com 20 municípios, dentre os quais se destacam:

- Jiquiriçá, com PIB per capita de R\$ 8.778 reais (2020), área territorial de 238.660 Km² (2022), população de 13.629 pessoas (2022), densidade demográfica de 57.11 hab/km² (2022), escolarização de 97.8% (2010), e IDHM de 0,553 (2010).
- Maracás, com PIB per capita de R\$ 26.085 reais (2020), área territorial de 2.413.270 Km² (2022), população de 27.620 pessoas (2022), densidade

demográfica de 11.45 hab/km² (2022), escolarização de 97.2% (2010), e IDHM de 0,607 (2010).

- Brejões, com PIB per capita de R\$ 9.360 reais (2020), área territorial de 518.566 Km² (2022), população de 12.943 pessoas (2022), densidade demográfica de 24.96 hab/km² (2022), escolarização de 97.9% (2010), e IDHM de 0,597 (2010).
- Ubaíra, com PIB per capita de R\$ 12.552 reais (2020), área territorial de 659.080 Km² (2022), população de 18.626 pessoas (2022), densidade demográfica de 28.26 hab/km² (2022), escolarização de 97.8% (2010), e IDHM de 0,622 (2010).
- São Miguel das Matas, com PIB per capita de R\$ 11.884 reais (2020), área territorial de 230.906 Km² (2022), população de 10.334 pessoas (2022), densidade demográfica de 44.75 hab/km² (2022), escolarização de 98.7% (2010), e IDHM de 0,593 (2010).
- Mutuípe, com PIB per capita de R\$ 16.237 reais (2020), área territorial de 275.854 Km² (2022), população de 20.037 pessoas (2022), densidade demográfica de 72.64 hab/km² (2022), escolarização de 98.7% (2010), e IDHM de 0,601 (2010).
- Milagres, com PIB per capita de R\$ 11.192 reais (2020), área territorial de 420.358 Km² (2022), população de 11.071 pessoas (2022), densidade demográfica de 26.34 hab/km² (2022), escolarização de 98.9% (2010), e IDHM de 0,622 (2010).
- Elísio Medrado, com PIB per capita de R\$ 8.653 reais (2020), área territorial de 179.329 Km² (2022), população de 7.809 pessoas (2022), densidade demográfica de 43.55 hab/km² (2022), escolarização de 99.6% (2010), e IDHM de 0,623 (2010).
- Amargosa, com PIB per capita de R\$ 11.139 reais (2020), área territorial de 431.655 Km² (2022), população de 36.522 pessoas (2022), densidade demográfica de 84.61 hab/km² (2022), escolarização de 96.8% (2010), e IDHM de 0,625 (2010).
- Santa Inês, com PIB per capita de R\$ 7.017 reais (2020), área territorial de 379.270 Km² (2022), população de 10.300 pessoas (2022), densidade demográfica de 27.16 hab/km² (2022), escolarização de 98.3% (2010), e IDHM de 0,574 (2010).
- Laje, com PIB per capita de R\$ 10.793 reais (2020), área territorial de 449.834 Km² (2022), população de 21.052 pessoas (2022), densidade demográfica de 46.80 hab/km² (2022), escolarização de 96.9% (2010), e IDHM de 0,586 (2010).
- Cravolândia, com PIB per capita de R\$ 8.253 reais (2020), área territorial de 182.585 Km² (2022), população de 4.415 pessoas (2022), densidade demográfica de 24.18 hab/km² (2022), escolarização de 97.6% (2010), e IDHM de 0,599 (2010).
- Itiruçu, com PIB per capita de R\$ 8.870 reais (2020), área territorial de 322.243 Km² (2022), população de 10.999 pessoas (2022), densidade demográfica de 34.13 hab/km² (2022), escolarização de 96.7% (2010), e IDHM de 0,600 (2010).
- Itaquara, com PIB per capita de R\$ 10.507 reais (2020), área territorial de 344.093 Km² (2022), população de 8.153 pessoas (2022), densidade demográfica de 23.69 hab/km² (2022), escolarização de 94.5% (2010), e IDHM de 0,553 (2010).
- Jaguaquara, com PIB per capita de R\$ 11.110 reais (2020), área territorial de 924.512 Km² (2022), população de 45.964 pessoas (2022), densidade

demográfica de 49.72 hab/km² (2022), escolarização de 94.7% (2010), e IDHM de 0,580 (2010).

- Planaltino, com PIB per capita de R\$ 7.871 reais (2020), área territorial de 955.454 Km² (2022), população de 8.022 pessoas (2022), densidade demográfica de 08.40 hab/km² (2022), escolarização de 96.6% (2010), e IDHM de 0,572 (2010); &
- Lagedo do Tabocal, com PIB per capita de R\$ 7.871 reais (2020), área territorial de 955.454 Km² (2022), população de 8.022 pessoas (2022), densidade demográfica de 8.40 hab/km² (2022), escolarização de 96.6% (2010), e IDHM de 0,572 (2010).

Para este trabalho importa ressaltar principalmente as cidades de Maracás, bem como Jiquiriçá devido a sua importância para o Vale, e Santa Inês como polo do IFBAIANO no qual o curso de pós em Desenvolvimento regional e Meio ambiente é sediado.

Ou seja, a região apresenta uma população vulnerável em relação ao mercado de trabalho e à geração de valor e re/distribuição de renda, e carece de alternativas de dinamicidade da economia local (SDR, 2015). Assim, a região pode ser impactada positivamente do ponto de vista ambiental e econômico, tendo em conta ainda que possui parques, cachoeiras e trilhas, pulverizados dentre os municípios regionais do Vale, atraindo turistas locais devido ao seu potencial paisagístico. Na figura 1 está apresentado o mapa com os dados demográficos do Território de Identidade Vale do Jiquiriçá com seus municípios.

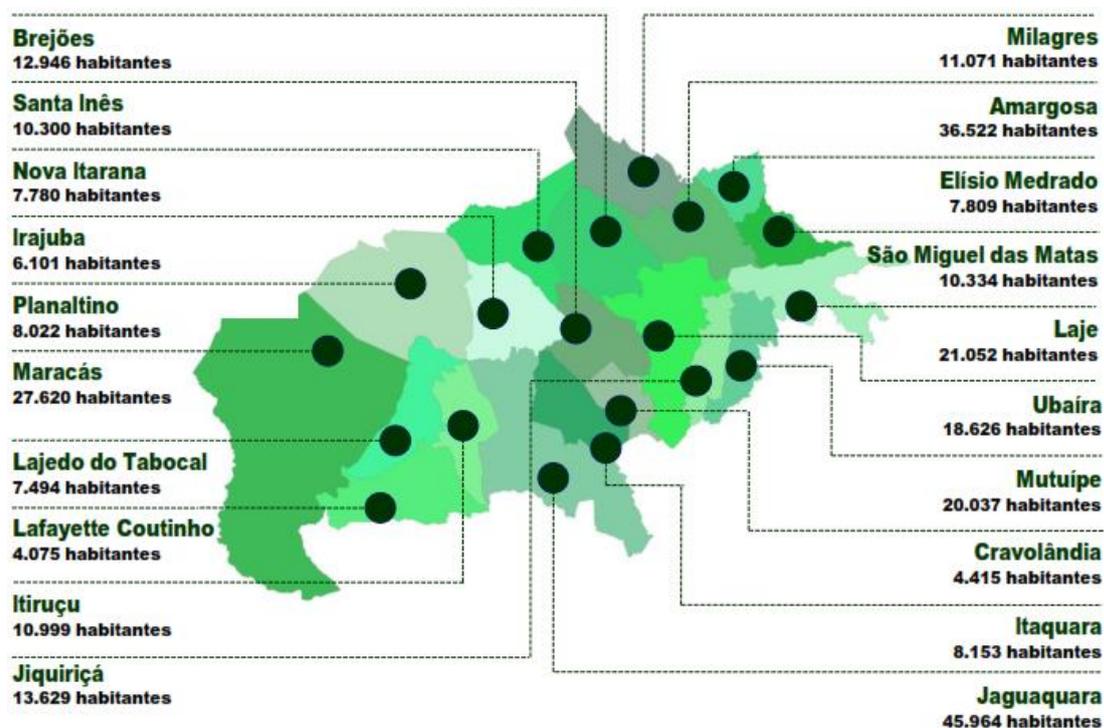


Figura 1: Municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá.

Figure 1: Municipalities that make up the Vale do Jiquiriçá Identity Territory.

Fonte: SEI (2023).

Source: SEI (2023).

Dentre as culturas historicamente produzidas na região, encontra-se o sisal hoje em declínio, bem como o cacau, o café, a cachaça, e justamente as flores de caráter ornamental. Nesse sentido, a Bahia exclusivamente, possui o quantitativo de 3 Indicações geográficas em relação às 91 IGs existentes no Brasil: Amêndoas de cacau do sul da Bahia (IP); Café verde em grãos do oeste da Bahia (IP); Aguardente de cana do tipo cachaça da microrregião de Abaíra (IP), sendo todas IGs do tipo indicação de procedência (FIEB, 2022; INPI, 2014, 2016).

Ou seja, o reconhecimento de determinado potencial regional via IGs ressalta a eficiência das Indicações geográficas enquanto mecanismos em prol da sustentabilidade, atestados na Bahia, no Brasil e no mundo. E o potencial das Flores ornamentais, de Maracás, se mostra diferencial e proveitoso para a região, bem como em âmbito nacional, pois seria a primeira IG de flores registrada e obtida no Brasil.

Avaliando-se o potencial geográfico regional, especificamente no que tange às flores de Maracás, estudos prévios já mapearam alguns benefícios substanciais das IGs para a cultura das flores ornamentais, primordialmente através da contextualização do município enquanto “Cidade das flores” em inúmeras notícias e reportagens midiáticas inclusive reconhecidas pelo Sebrae, que atestam a notoriedade das Flores de Maracás a partir, justamente das condições edafomorfoclimáticas, presentes na região: questões relacionadas à proteção do patrimônio nacional e econômico da região, bem como a proteção dos produtores e dos consumidores; benefícios para o desenvolvimento rural e agrário, gerando emprego e “vitalizando” as zonas rurais, e promovendo o incremento das exportações desses produtos e recursos, dentre outras vantagens; valorização dos terrenos da região que atraem e facilitam investimentos, “despertando” inclusive outros setores produtivos (GONÇALVES, 2018)

Assim, o mesmo autor doutrina e atesta, sobre Maracás e as flores produzidas na localidade, que:

A região apresenta elementos que comprovam a qualidade e as características das flores como sendo exclusivamente relacionado ao meio geográfico e a uma identidade local surgida da tradição, o *Know-how*, ou seja, ao conjunto de conhecimentos práticos dos envolvidos na produção de flores. As flores e plantas ornamentais produzidas em Maracás têm requisitos para iniciar o registro de Indicação Geográfica, uma vez que fatores humanos como saber-fazer e tradição são requisitos cumpridos, bem como fatores naturais como solo, vegetação e relevo, além da notoriedade do produto (GONÇALVES, 2018).

Assim, a IG das flores ornamentais de Maracás poderia receber o título de Denominação de origem (DO), pois está eminentemente ligada aos fatores culturais, além das condições territoriais, naturais e ambientais da localidade em que se dá a produção desses bens/recursos, em relação às categorias típicas das Indicações geográficas inclusive previstas na lei brasileira.

Salienta-se ainda que a região já possui certa experiência com APLs (Arranjos produtivos locais), havendo também alguns fóruns, consórcios, feiras e concelhos no âmbito dos Municípios regionais. Ademais, seria a primeira IG de flores do estado da Bahia, bem como do Brasil, registrada no INPI (Instituto nacional da propriedade industrial).

Nesse esteio, as perspectivas das IGs, exige a instituição e organização do cooperativismo e associativismo regionais, trazendo inexoravelmente a economia solidária. Assim, rememora-se a ideia do cooperativismo baseada em pilares de participação democrática, independência e autonomia, bem como solidariedade, complementando-se com valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia e igualdade-equidade.

Indo mais a fundo, os princípios do cooperativismo traduzem a mesma linha de interação/intercooperação, educação e in/formação, interesse pela comunidade, bem como a adesão voluntária e livre e a participação econômica. Ou seja, seguindo o ideal de colaboração imbuído em seu histórico e sentido-significado, o cooperativismo está presente em diversas áreas: consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção, transporte e agropecuária.

E referindo-se finalmente ao procedimento do pedido de Reconhecimento de Indicação Geográfica, a primeira etapa refere-se justamente à articulação dos produtores locais; seguida do levantamento histórico-cultural que comprovará a notoriedade do produto para se obter a IG; em terceiro lugar, existe a necessidade de Elaboração de um caderno de especificações técnicas para a produção daquele bem ou recurso, que serve como um atestado de qualidade e padronização produtivos (o que se convencionou ainda em se chamar tipicidade do artigo-produto). E finalmente, a sequência procedimental prévia para a apresentação do pedido de reconhecimento de Indicação geográfica, apresenta um quarto passo voltado justamente para a instituição de um Conselho que irá controlar, fiscalizar, gerir, regular a produção daquele bem ou recurso objeto de IG, gerando a melhoria contínua dos produtos e recursos.

Releva salientar que as IGs enquanto estratégias, exigem inexoravelmente um processo de produção/produtivo padronizado, segundo critérios de qualidade previamente acertados e estabelecidos, continuamente aferidos, requerendo invariavelmente a capacitação e qualificação da mão de obra envolvida nesta cadeia produtiva, agregando valor e permitindo a conformação de parcerias produtivas e o fortalecimento dos produtores frente aos seus interesses de produção.

Resultados e Discussão

Possibilidades em torno dos Geoparques

Visualizando o potencial da região em conjunto com as IGs, outra tendência fortalecedora do desenvolvimento regional e sustentável pode ser adicionada e trazida aqui enquanto proposta e alternativa auxiliar de contribuição: os Geoparques são contextos únicos e consolidados da conservação geológica e natural, inclusive relacionados com o sistema de

unidades de conservação ambiental, considerando suas inúmeras funções e a materialidade do espaço geográfico (ICMBIO, 2000; ZACCHI, CARDOSO, ZANELLA, 2023).

Com isso, impactam positivamente os fatores ambientais, culturais, financeiro-econômicos, científicos, territoriais, promovendo a proteção da geodiversidade e incentivando o ecoturismo (turismo ecológico), bem como o manejo responsável e não predatório, e o uso sustentável dos recursos territoriais e naturais. Desse modo, os Geoparques detêm uma força e legitimidade internacionais na consolidação da sustentabilidade geográfica e do desenvolvimento territorial, considerando alguns critérios de cumprimento obrigatório, e consoante algumas definições de base acerca de qual seria o conceito e contexto dos Geoparques enquanto fenômenos geológicos/geográficos e ambientais:

Um território de limites bem definidos, com área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local. Deve abranger um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativo de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Além do significado geológico, deve também possuir outros significados, ligados à ecologia, arqueologia, história e cultura (UNESCO, 2004).

Adiciona-se aqui outra visão teórica apresentada por Ferreira, Martinello e Valdati (2020):

[...] uma área bem delimitada, onde se conjuga a geoconservação com um desenvolvimento econômico sustentável das populações que a habitam, sem esquecer as ligações com o restante patrimônio natural (fauna e flora) e cultural (arqueológico, arquitetônico, etnográfico, gastronômico, ...). Nestes territórios, procura-se estimular a criação de atividades econômicas suportadas na geodiversidade da região, em particular de carácter turístico, com o envolvimento empenhado das comunidades locais... (FERREIRA, MARTINELLO, VALDATI, 2020).

Finalmente, esses mesmos autores salientam a interrelação dos geoparques em fenômeno, promovendo a valorização do território rural em detrimento do “*exodus rural*”:

A abordagem multifuncional do espaço rural permite definir o “novo” papel da agricultura na sociedade atual. Os agricultores criam muitas vezes bens públicos valorizados pelas sociedades, mas que não são suficientemente remunerados pelo mercado. Tais bens públicos podem incluir proteção ambiental,

conservação da biodiversidade, fertilidade dos solos e qualidade da água, preservação da paisagem, segurança alimentar, saúde animal e vegetal, e desenvolvimento rural. Atualmente, são atribuídas, além da função econômica, funções ambientais, sociais e de segurança alimentar. As áreas rurais deixaram de estar ligadas, exclusivamente, ao sector agrícola, cada vez mais representam realidades múltiplas, nas quais a agricultura tem de coexistir com outros usos do solo e outros interesses (FERREIRA, MARTINELLO, VALDATI, 2020).

Para tanto, é necessário justamente um planejamento estratégico de implementação de políticas públicas, inclusive relacionadas à educação do patrimônio cultural e natural, a fim de ressaltar a Riqueza do semiárido brasileiro e seus diferentes domínios, valorizando e agregando valor ao desenvolvimento local e rural em termos socioambientais, através da exploração sustentável de recursos, bens e produtos materiais e imateriais, e partir da promoção da cooperação entre os atores locais, considerando que as IGs enquanto instrumento sustentável é algo que já se mostrou eficiente no Brasil e na Bahia (ROCHA, FERREIRA, FIGUEIREDO, 2017; SOUZA, SOUZA, SOUSA, 2022; ZACCHI, CARDOSO, ZANELLA, 2023).

Considerações Finais

A pesquisa realizada neste trabalho permite traçar algumas considerações acerca das IGs possíveis, do seu potencial turístico para a região do Vale escolhida, bem como sua interação, o panorama sistêmico das políticas públicas, considerando os impactos econômicos, sociais, culturais, e na agricultura e no turismo a partir das Indicações geográficas.

No que tange ao potencial das Flores de Maracás enquanto IG de plantas ornamentais, nota-se:

Existem dados históricos, a existência de festas tradicionais, assim como a reunião de reportagens de jornais e revistas de diferentes âmbitos de circulação, bem como divulgação da mídia, prêmios, artigos, dissertação, tese de doutorado, visitas in loco entre outras formas de veiculação (GONÇALVES, 2018).

Em seu trabalho dissertativo, o autor acima condensa os caracteres existentes nas Flores: qualidade diferenciada em razão do meio geográfico, identidade local e tradição, *know how* e saber-fazer, que conformam o requisito básico e principal para a certificação/selo da IG de plantas ornamentais.

Discutiu-se nas páginas acima, acerca da importância das características de notoriedade, tradição e saber-fazer das Flores de Maracás enquanto potencial de IG, e considerando-as enquanto Instrumentos de afirmação da gestão territorial sustentável, que facilita e contribui para o turismo agroecológico e comunitário,

geração de renda e preservação ambiental. Dessa forma, pode-se dizer que ao exigirem determinado atestado de qualidade e comprovação dos produtos, as IGs evitam a biopirataria no sentido de assegurarem a origem, originalidade, autenticidade, bem como a procedência dos produtos e recursos.

Nesse âmbito, a fim de garantir finalmente o pedido e processo de reconhecimento da IG junto ao órgão competente, o INPI, é preciso observar a relevância do Cooperativismo, e dos relacionamentos entre associações/instituições e organizações sociais e produtivas no âmbito das IGs, sendo necessário justamente o seu fortalecimento local. O que trará consequências positivas, inclusive nas possibilidades de apoio e de parcerias governamentais para as IGs, bem como trará contribuições importantes em termos financeiro-econômicas e de acessibilidade de crédito.

Portanto, frente à análise da IG-DO das flores ornamentais de Maracás, considera-se a correlação entre as variáveis de gestão e planejamento territorial, sustentáveis no âmbito das políticas públicas, tendo em conta planos e projetos transversais e intersetoriais.

Neste cenário, o debate acerca das políticas públicas é eminentemente relevante, pois influencia sobremaneira a matéria das Indicações Geográficas enquanto estratégia de desenvolvimento e sustentabilidade, e legitima inexoravelmente a educação enquanto forma de conscientização ambiental, e acerca propriamente das IGs e do cooperativismo e associativismo. Ou seja, percebe-se a relação e existência de pontos inclusive de inovação, e de ciência e tecnologia ao se considerar a IG como uma metodologia sustentável.

Destarte, a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, inclusive educacionais e ambientais, são pressupostos para a assertividade das Indicações Geográficas enquanto mecanismos de desenvolvimento territorial sustentável e do turismo ecológico.

Em termos de planejamento, é necessário incrementar a articulação, inclusive política e ambiental, em torno dos agentes em prol da sustentabilidade e do incentivo ao agroturismo, construindo consensos colaborativos. O que impactará na acessibilidade a investimentos e crédito para o desenvolvimento territorial regional, por meio de ações práticas, e será efetivado a partir justamente da Integração da esfera de políticas públicas.

No que tange às possibilidades futuras de estudos sequenciais a partir desse trabalho, tem-se a avaliação de indicadores estatísticos sobre as IGs na região e relativamente às flores de Maracás; análises matriciais e realização/aplicação FOFA; a exploração do potencial de consórcio intermunicipal para outros recursos territoriais além dos hídricos; a diferenciação entre educação agroecológica, ambiental, do campo, associada ao estudo das IGs.

Há também a realização efetiva de trabalho de campo, visando-se atingir uma comunicação mais direta junto às cooperativas para entender suas necessidades e dificuldades e auxiliar no processo de pedido de reconhecimento de Indicação geográfica. Finalmente, podem ser elaborados mapas mentais, fluxogramas, e tabelas e quadros no âmbito de uma Cartilha didática sobre o tema, com uso de linguagem acessível e popular, para a conscientização das

comunidades envolvidas acerca das temáticas das políticas públicas e das Indicações Geográficas enquanto potenciais da região, visando maximizar o valor agregado dos produtos e bens regionais.

Referências

ALMEIDA, L. **O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do Cacau**. 2008. 121 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em:<<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19801/1/Luciene%20Santos%20de%20Almeida.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v.16, n.32, p. 31-50, jul./dez. 2001.

BOFF, S; MENEGAZZO, A. Apontamentos sobre propriedade intelectual e sustentabilidade: por um limite jurídico da inovação. **Nomos**, v.38, n.1, 2018.

BOQUIMPANI-FREITAS; DA COSTA, Nadja Maria Castilho. Perfil demográfico, de preferências e motivações dos usuários de trilhas de quatro Parques Nacionais Brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.16, n.1, 2023.

CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P. S.; PERIN, T. F. Mais além dos arranjos produtivos locais: as indicações geográficas protegidas como unidades de desenvolvimento local. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n.11, p. 05-15, 2005.

CARNEIRO, J.M.T.; CAVALCANTI, M.A.F.D.; SILVA, J.F. Porter revisitado: análise crítica da tipologia estratégica do mestre. **RAC**, v.1, n.3, 1997. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rac/a/t7dtQj3kMMtRZtZPVfpS3Kx/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 set. 2022.

COSTA, D.P.; SILVA, T.S.; SILVA, V.S.M.L.; DIAS, R.S.; SANTOS, R.L.. Aptidão pedológica do território de identidade do Vale do Jiquiriçá para produção agrícola Cacaueira. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Disponível em:<http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1451_1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FELIX, I.; FELIX, C. Forças de Porter na era da internet. **Revista organização sistêmica**, v. 4, n. 2, 2013. Disponível em:<<https://www.revistasuninter.com/revistaorganizacao sistemica/index.php/org anizacaoSistemica/article/view/183/102>>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERREIRA, D.R.; MARTINELLO, A.S.; VALDATI, J. Desenvolvimento rural e os Geoparques no Brasil. **Revista política e planejamento regional**, v.7, n.3, 2020. Disponível em:<<https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-desenvolvimento-rural-e-os-geoparques-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FIEB. **Em 20 anos, Brasil chega a 91 indicações geográficas**. 02/06/2022. Disponível em:<<https://www.fieb.org.br/noticias/brasil-produto-origem-indicacoes-geograficas/>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Disponível em: <<https://sigaa.ufla.br/sigaa/public/docente/turma.jsf?tid=4594#>>. Porto Alegre: Artmed, 2009. Acesso em: 20 set. 2022.

FREITAS, J.C.; SANTOS, N. Indicações Geográficas: a mercadoria invisível. In: FREIRE, A.R.S.; ASSAFIM, J.M.L.; CASTRO, M.S.. (Org.). **Direito, Inovação e Desenvolvimento**: tópicos de propriedade intelectual e concorrência. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013, v. 1, p. 78-90.

GARRIDO, E. **Indicações geográficas na Bahia: a segurança jurídica do saber-fazer e os desafios e oportunidades pós-concessão do registro**. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33361/1/Monografia%20de%20Direito%20-%20Eduardo%20Garrido%20-%2019.12.2019%20-%20Tarde.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GOLLO, S.S.; CASTRO, A.W.V. Indicações geográficas no Brasil: as Indicações de procedência já outorgadas e as áreas e produtos com potencial de certificação. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/43987/1/778.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GONÇALVES, L.A.S. **Diagnóstico do potencial de indicações geográficas na Bahia: O caso das flores e plantas ornamentais de Maracás**. 2018. 45 fl. Dissertação (Mestrado em Inovação e Propriedade intelectual para a transferência de tecnologia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2020/11/UFBA-LUIZ-ANTONIO-DA-SILVA-GONCALVES-TCC.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GONÇALVES, L.A.S.; ALMEIDA, B.A.; BASTOS, E.M.S. Panorama das Indicações Geográficas no Brasil. **RDE**, vol. 3, no. 41, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/5805>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GONÇALVES, M.F.W. **Guia das Indicações Geográficas - Caderno de Especificações Técnicas - 2019**. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/arquivos-publicacoes-ig/guia-das-igs-caderno-de-especificacoes-tecnicas>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

HAESBAERT, R. Territórios e multiterritorialidade: um debate. **Revista GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano IX, n.17, p.19-45, 2007.

ICMBIO. **SNUC**. 2000. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>>. Acesso em: 22. nov. 2022.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Indicações geográficas brasileiras - café.** 2014. Disponível em:<[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c7980384f923f343310b3d7ca0e5cb3b/\\$File/5127.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c7980384f923f343310b3d7ca0e5cb3b/$File/5127.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2022.

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Organização Mundial da Propriedade intelectual. **Indicações geográficas.** 2022.

INPI - Instituto nacional da propriedade industrial. **Indicações geográficas brasileiras - cachaça.** 2016. Disponível em:<https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/arquivos/catalogo_IG_cachaca_web.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ISABELLE, D.; HORAK, K.; MCKINNON, S.; PALUMBO, C. Is Porter's five forces Framework still relevant? **Technological Innovation management review**, v.10, n.6 2020. Disponível em:<https://timreview.ca/sites/default/files/article_PDF/TIMReview_2020_June%20-%203.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – guia metodológico.** Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri Documentos, 304). Tradução de: Domitila Madureira.

PECQUEUR, B. **Le développement local: mode ou modèle.** 2.ed. Paris: Syros-la Découverte, 2000.

PEREIRA, A.I.A.; SILVA, F.J.L.; OLIVEIRA, J.E.L. Utilização de indicadores de sustentabilidade do turismo em Unidades de Conservação nas últimas décadas: impactos e importância. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 1, 2023.

RIBEIRO, J.R. Território e políticas de desenvolvimento territorial no Brasil. **Revista Para onde?** vol. 11, n 1, 2019. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/91719/52664>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ROCHA, L.C.; FERREIRA, A.C.; FIGUEIREDO, M.A. A rede global de geoparques e os desafios da integração dos geoparques brasileiros. **Caderno de geografia**, v.27, n.2, 2017. Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27nesp2p271/12492>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina.** Año 6, n. 16, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Território de identidade: Vale do Jiquiriçá (perfil sintético).** 2015. Disponível em:<http://www.portalsdr.ba.gov.br/intranetsdr/model_territorio/Arquivos_pdf/Perfil_Vale%20do%20Jiquiriçá.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Visita experiencia exitosa de produção de cacau.** Disponível em:<<http://www.sdr.ba.gov.br/index.php/node/5150>>. Acesso em: 22 nov.2022.

SOUZA, S.D.G.; SOUZA, A.C.N.; SOUSA, M.R.M. Geodiversidade, geoparques, e semiárido brasileiro: a valorização do ambiente para o desenvolvimento territorial. **Revista Percursos**, v.23, n.52, 2022. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21354>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNESCO. **Geociências e geoparques**. 2004. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/earth-science-geoparks>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

WANDER, A.; GODOI, C.; DA COSTA FILHO, B.; LADVOCAT, M. Geographical Indications (GI): linking history and tradition with competitive business. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.5, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/9569/8051>>. Acesso em: 05 out. 2021.

ZACCHI, G.P.; CARDOSO, M.D.; ZANELLA, L.R. Potencialidades do geoturismo no município de Palhoça - SC. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 1, 2023.

Giovanna Martins Sampaio: IFBAIANO, Santa Inês, BA, Brasil.

E-mail: giovanna.martins@ufba.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5149978156494802>

Jadson Luiz Simões Rocha: IFBAIANO, Santa Inês, BA, Brasil.

E-mail: jadson.rocha@ifbaiano.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2098272113727139>

João Antonio Belmino dos Santos: Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil.

E-mail: santosjabpb@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9277814890785373>

Data de submissão: 02 de maio de 2023

Data do aceite: 04 de outubro de 2023

Avaliado anonimamente